

Educação Física no Brasil: da origem até os dias atuais

La Educación Física en Brasil: del origen hasta la actualidad

Everton Rocha Soares

evertonsoares@msn.com

(Brasil)

Graduado em Educação Física pelo Centro Universitário do Leste de Minas Gerais, Unileste, MG
Especialista em Fisiologia do Exercício pela Universidade Veiga de Almeida (RJ)
Especialista em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Ouro Preto (MG)
Mestre em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Ouro Preto (MG)
Doutorando em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Ouro Preto (MG)
Professor do curso de Educação Física da UNIPAC - Itabira (MG)

Resumo

A Educação Física do Brasil pode ser dividida historicamente em cinco períodos: 1) Brasil colônia, compreendido pelo período de 1500 a 1822; 2) Brasil império, compreendido pelo período entre 1822 a 1889; 3) Brasil república, compreendendo os anos de 1890 até 1946; 4) Brasil contemporâneo, compreendendo os anos de 1946 até 1980; e 5) Brasil atual, a partir de 1980. O objetivo deste trabalho é discorrer sobre a evolução histórica da Educação Física no Brasil, a partir de sua origem até os dias atuais.

Unitermos: Educação Física. Brasil. História.

Brasil colônia, de 1500 a 1822

A mais antiga notícia sobre a Educação Física em terras brasileiras data o ano de sua descoberta, 1500. Tal fato se deve ao relato de Pero Vaz de Caminha, que em uma de suas cartas, que relatam indígenas dançando, saltando, girando e se alegrando ao som de uma gaita tocada por um português (Ramos, 1982). Segundo Ramos (1982), esta foi certamente a primeira aula de ginástica e recreação relatada no Brasil.

De modo geral, sabe-se que as atividades físicas realizadas pelos indígenas no período do Brasil colônia, estavam relacionadas a aspectos da cultura primitiva. Tendo como características elementos de cunho natural (como brincadeiras, caça, pesca, nado e locomoção), utilitário (como o aprimoramento das atividades de caça, agrícolas, etc.), guerreiras (proteção de suas terras); recreativo e religioso (como as danças, agradecimentos aos deuses, festas, encenações, etc.) (Gutierrez, 1972).

Posteriormente, ainda no período colonial, criada na senzala, sobretudo no Rio de Janeiro e na Bahia, surge a capoeira, atividade ríspida, criativa e rítmica que era praticada pelos escravos (Ramos, 1982). Desta forma, podemos destacar que no Brasil colônia, as atividades físicas realizadas pelos indígenas e escravos, representaram os primeiros elementos da Educação Física no Brasil.

Brasil império, de 1822 a 1889

O início do desenvolvimento cultural da Educação Física no Brasil, apesar de não ter ocorrido de forma contundente, ocorreu no período do Brasil império. Pois foi nessa época que surgiram os primeiros tratados sobre a Educação Física.

Em 1823, Joaquim Antônio Serpa, elaborou o "Tratado de Educação Física e Moral dos Meninos". Esse tratado postulava que a educação englobava a saúde do corpo e a cultura do espírito, e considerava que os exercícios físicos deveriam ser divididos em duas categorias: 1) os que exercitavam o corpo; e 2) os que exercitavam a memória (Gutierrez, 1972). Além disso, esse tratado entendia a educação moral como coadjuvante da Educação Física e vice-versa (Gutierrez, 1972).

O Início da Educação Física escolar no Brasil, inicialmente denominada Ginástica, ocorreu oficialmente com a reforma Couto Ferraz, em 1851(Ramos, 1982). No entanto, foi somente em 1882, que Rui Barbosa ao lançar o parecer sobre a "Reforma do Ensino Primário, Secundário e Superior", denota importância à Ginástica na formação do brasileiro (Ramos, 1982). Nesse parecer, Rui Barbosa relata a situação da Educação Física em países mais adiantados politicamente e defende a Ginástica como elemento indispensável para formação integral da juventude (Ramos, 1982).

Em resumo, o projeto relatado por Rui Barbosa, buscava instituir uma sessão essencial de Ginástica em todas as escolas de ensino normal; estender a obrigatoriedade da Ginástica para ambos os gêneros (masculino e feminino), uma vez que as meninas não tinham obrigatoriedade em fazê-la; inserir a Ginástica nos programas escolares como matéria de estudo e em horas distintas ao recreio e depois da aula; além de buscar a equiparação em categoria e autoridade dos professores de Ginástica em relação aos professores de outras disciplinas (Darido e Rangel, 2005).

No entanto, a implementação da Ginástica nas escolas, inicialmente ocorreu apenas em parte do Rio de Janeiro, capital da República, e nas escolas militares (Darido e Rangel, 2005).

Brasil república, de 1890 a 1946

A Educação Física no Brasil república pode ser subdividida em duas fases: a primeira remete o período de 1890 até a Revolução de 1930 (que empossou o presidente Getúlio Vargas); e a segunda fase, configura o período após a Revolução de 1930 até 1946.

Na primeira fase do Brasil república, a partir de 1920, outros estados da Federação, além do Rio de Janeiro, começaram a realizar suas reformas educacionais e, começaram a incluir a Ginástica na escola (Betti, 1991). Além disso, ocorre a criação de diversas escolas de Educação Física, que tinham como objetivo principal a formação militar (Ramos, 1982). No entanto, é a partir da segunda fase do Brasil república, após a criação do Ministério da Educação e Saúde, que a Educação Física começa a ganhar destaque perante aos objetivos do governo. Nessa época, a Educação Física é inserida na constituição brasileira e surgem leis que a tornam obrigatória no ensino secundário (Ramos, 1982).

Na intenção de sistematizar a ginástica dentro da escola brasileira, surgem os métodos ginásticos (gímnicos). Oriundos das escolas sueca, alemã e francesa, esses métodos conferiam à Educação Física uma perspectiva eugênica, higienista e militarista, na qual o exercício físico deveria ser utilizado para aquisição e

manutenção da higiene física e moral (Higienismo), preparando os indivíduos fisicamente para o combate militar (Militarismo) (Darido e Rangel, 2005).

O higienismo e o militarismo estavam orientados em princípios anátomo-fisiológicos, buscando a criação de um homem obediente, submisso e acrítico à realidade brasileira.

Brasil contemporâneo, de 1846 a 1980

No Período que compreende o pós 2ª Guerra Mundial, até meados da década de 1960 (mais precisamente em 1964, início do período da Ditadura brasileira), a Educação Física nas escolas mantinham o caráter gímnico e calistênico do Brasil república (Ramos, 1982).

Com a tomada do Poder Executivo brasileiro pelos militares, ocorreu um crescimento abrupto do sistema educacional, onde o governo planejou usar as escolas públicas e privadas como fonte de programa do regime militar (Darido e Rangel, 2005).

Naquela época o governo investia muito no esporte, buscando fazer da Educação Física um sustentáculo ideológico, a partir do êxito em competições esportivas de alto nível, eliminando assim críticas internas e deixando transparecer um clima de prosperidade e desenvolvimento (Darido e Rangel, 2005). Fortalece-se então a idéia do esportivismo, no qual o rendimento, a vitória e a busca pelo mais hábil e forte estavam cada vez mais presentes na Educação Física.

Dentre uma das importantes medidas que impactaram a Educação Física no período contemporâneo, está a obrigatoriedade da Educação Física/Espportes no ensino do 3º Grau, por meio do decreto lei no 705/69 (Brasil., 1969). Segundo Castellani Filho (1998), o decreto lei no 705/69 (Brasil., 1969), tinha como propósito político favorecer o regime militar, desmantelando as mobilizações e o movimento estudantil que era contrário ao regime militar, uma vez que as universidades representavam um dos principais pólos de resistência a esse regime.

Desta forma, o esporte era utilizado como um elemento de distração à realidade política da época. Ademais, a Educação Física/Espportes no 3º Grau era considerada uma atividade destituída de conhecimentos e estava relacionada ao fazer pelo fazer, voltada a formação de mão de obra apta para a produção (Darido e Rangel, 2005).

No entanto, o modelo esportivista, também chamado de mecanicista, tradicional e tecnicista, começou a ser criticado, principalmente a partir da década de 1980. Entretanto, essa concepção esportivista ainda está presente na sociedade e na escola atual (Darido e Rangel, 2005).

Educação Física na atualidade, a partir de 1980

A Educação Física ao longo de sua história priorizou os conteúdos gímnicos e esportivos, numa dimensão quase exclusivamente procedimental, o saber fazer e não o saber sobre a cultura corporal ou como se deve ser (Darido e Rangel, 2005).

Durante a década de 1980, a resistência à concepção biológica da Educação Física, foi criticada em relação ao predomínio dos conteúdos esportivos (Darido e Rangel, 2005). Atualmente, coexistem na Educação física, diversas concepções, modelos, tendências ou abordagens, que tentam romper com o modelo mecanicista, esportivista e tradicional que outrora foi embutido aos esportes. Entre essas diferentes concepções pedagógicas pode-se citar: a psicomotricidade; desenvolvimentista; saúde renovada; críticas; e mais recentemente os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (Brasil., 1997).

A concepção pedagógica psicomotricidade, foi divulgada inicialmente em programas de escolas "especiais", voltada para o atendimento de alunos com deficiência motora e intelectual (Darido e Rangel, 2005). É o primeiro movimento mais articulado que surgiu à partir da década de 1970, em oposição aos modelos pedagógicos anteriores. A concepção psicomotricidade tem como objetivo o desenvolvimento psicomotor, extrapolando os limites biológicos e de rendimento corporal, incluindo e valorizando o conhecimento de ordem psicológica. Para isso a criança deve ser constantemente estimulada a desenvolver sua lateralidade, consciência corporal e a coordenação motora (Darido e Rangel, 2005). No entanto, sua abordagem pedagógica tende a valorizar o fazer pelo fazer, não evidenciando o porquê de se fazer e como o fazer.

Já o modelo desenvolvimentista por sua vez, busca propiciar ao aluno condições para que seu comportamento motor seja desenvolvido, oferecendo-lhe experiências de movimentos adequados às diferentes faixas etárias (Darido e Rangel, 2005). Neste modelo pedagógico, cabe aos professores observarem sistematicamente o comportamento motor dos alunos, no sentido de verificar em que fase de desenvolvimento motor eles se encontram, localizando os erros e oferecendo informações relevantes para que os erros sejam superados.

A perspectiva pedagógica saúde renovada, diferentemente das citadas anteriores, tem por finalidade convicta e às vezes única, de ressaltar os aspectos conceituais a cerca da importância de se conhecer, adotar e seguir conceitos relacionados à aquisição de uma boa saúde (Darido e Rangel, 2005).

Por outro lado, as abordagens pedagógicas críticas, sugerem que os conteúdos selecionados para as aulas de Educação Física devem propiciar a leitura da realidade do ponto de vista da classe trabalhadora (Darido e Rangel, 2005). Nessa visão a Educação Física é entendida como uma disciplina que trata do conhecimento denominado cultura corporal, que tem como temas, o jogo, a brincadeira, a ginástica, a dança, o esporte, etc., e apresenta relações com os principais problemas sociais e políticos vivenciados pelos alunos (Darido e Rangel, 2005).

Em 1996, com a reformulação dos PCNs, é ressaltada a importância da articulação da Educação Física entre o aprender a fazer, o saber por que se está fazendo e como relacionar-se nesse saber (Brasil, 1997). De forma geral, os PCNs trazem as diferentes dimensões dos conteúdos e propõe um relacionamento com grandes problemas da sociedade brasileira, sem no entanto, perder de vista o seu papel de integrar o cidadão na esfera da cultura corporal. Os PCNs buscam a contextualização dos conteúdos da Educação Física com a sociedade que estamos inseridos, devendo a Educação Física ser trabalhada de forma interdisciplinar, transdisciplinar e através de temas transversais, favorecendo o desenvolvimento da ética, cidadania e autonomia.

De forma geral, pode-se concluir que a Educação Física vem se desenvolvendo no Brasil à partir de importantes mudanças político-sociais e que atualmente é vista como um elemento essencial para a formação do cidadão Brasileiro.

Bibliografia

- Betti, M. *Educação Física e Sociedade*. São Paulo: Movimento. 1991.
- Brasil. *Decreto-lei 705/ 69, de 25 de julho de 1969*. Altera a redação do artigo 22 da Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961. D.O.U. de 28.7.1969, 1969.
- Brasil. *Parâmetros curriculares nacionais : Educação física Secretaria de Educação Fundamental*. Brasília: MEC/SEF 1997..
- Castellani Filho, L. *Política educacional e educação física*. Campinas Autores Associados. 1998.
- Darido, S. C. e Rangel, I. C. A. *Educação física na escola: implicações para a prática pedagógica*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2005.
- Gutierrez, W. *História da Educação Física*. 1972.
- Ramos, J. J. *Os exercícios físicos na história e na arte*. São Paulo: Ibrasa. 1982.

Lecturas: Educación Física y Deportes, Revista Digital. Buenos Aires, Año 17, Nº 169, Junio de 2012. <http://www.efdeportes.com/efd169/educacao-fisica-no-brasil-da-origem.htm>